

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



CASTILHO, Júlio de (Lisboa, 1840 – Lisboa, 1919)

Filho primogénito do 2.º matrimónio do poeta António Feliciano de Castilho com D. Ana Carlota Xavier de Vilhena, herdou do pai o título de visconde, tornando-se no 2.º visconde de Castilho por decreto de 1 de Abril de 1873. Júlio de Castilho e seus irmãos foram criados no elevado ambiente intelectual de convívio do pai, de que faziam parte Alexandre Herculano, Bulhão Pato, D. António da Costa, Almeida Garrett, Luís Augusto Palmeirim, Filipe Folque, entre outros nomes cimeiros da cultura do seu tempo. O meio erudito em que se movia e o estatuto social privilegiado de que gozava, em que predominava o gosto pelas letras e pelas artes, moldaram decisivamente a sua inteligência e sensibilidade. A valiosíssima biblioteca herdada, acrescida de novas aquisições, enriqueceu-a com anotações pessoais. À coleção de arte da família juntou as suas gravuras e telas, expressão do talento artístico com que também fora dotado, em que avultava um retrato a óleo do pai, uma das manifestações do culto que durante toda a vida prestou à sua memória.

Feitos os estudos liceais, concluiu a formação académica no Curso Superior de Letras de Lisboa, fundado por decreto de 1858 e carta de lei de 1859, embora as aulas só viessem a ter início em Janeiro 1861. Para o adiamento muito influiu “a instabilidade política que se viveu durante quase toda a primeira metade do século” “e uma certa voga de atracção pelo estudo das ciências experimentais” (Sérgio Campos Matos, *O Curso Superior de Letras*, pp. 367-388; 370). Acabou por prevalecer que era sua responsabilidade formar jovens para acesso à universidade, formar professores para o ensino secundário e candidatos capazes para cargos da administração pública, cruzando assim a formação científica com a formação profissionalizante. Júlio de Castilho deve ter sido dos primeiros alunos, estreando-se com a dissertação “Comparação da literatura de Itália com a de Portugal nos fins do século XV”, cumprindo assim uma exigência pedagógica (Xavier da Cunha, “Júlio de Castilho estudante do Curso Superior de Letras, *In memoriam*, p. 37-47). Os desempenhos profissionais exercidos ao longo da vida foram uma concretização exemplar dos objectivos da inovadora instituição académica.

Admitido como amanuense da Biblioteca Nacional em 1869, ingressou no seu quadro, como 2.º oficial, em 1872, fazendo a partir de então uma carreira ascendente até chegar a Conservador em 1884, estatuto com que se aposentou, em 1911. A função profissional estável que exercia era compatível com a nomeação para



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

cargos de destaque no âmbito político-administrativo. Cedo se tornou conhecido pela qualidade da colaboração em periódicos e jornais, para além das obras que ia publicando, que o tornaram personalidade prestigiada. Por convergência destes factores, corroborados pela origem familiar, foi escolhido para Governador Civil do Distrito da Horta, no Faial (1877-1878), onde deixou como marca dos poucos meses em que exerceu o cargo, um notável texto dirigido aos párcos sobre o dever de se dedicarem à instrução primária das populações rurais para combater o generalizado analfabetismo e assim conter a emigração (Ernesto Rebelo, in *Arquivo dos Açores*, vol. VIII, 1982, pp. 91-93). Júlio de Castilho expressava deste modo uma das preocupações do liberalismo, regime de que foi aderente convicto e sincero e em que participou como “monárquico sem transigência” (Conde de Bretiandos, “O Homem”, *In memoriam*, p. 141). Desta missão resultou a obra *O Arquipélago dos Açores* (1886) e *Ilhas Ocidentais do Arquipélago Açoreano* (1886). Ainda chegou a ser nomeado para idênticas funções no distrito de Ponta Delgada, sem que nunca tivesse tomado posse. O fim súbito do primeiro cargo e a nomeação não efectivada para o segundo, decorreu da instabilidade do rotativismo político-partidário em que o país entrara. Desempenhou um cargo diplomático com a nomeação de cônsul-geral de Portugal no Zamzibar (1888). Com o perfil de homem público combinava-se a faceta de “filantropo incansável e anónimo, de “propagandista de nobres e salutare doutrinas” (Matos Sequeira, *Elogio histórico*, p. 370). Numa sociedade cheia de preconceitos, “de incoerências, de vergonhosíssimas transigências, manteve-se como um “católico sem desvios” (João Vacondes, *In memoriam*, p. 133), com uma prática que se repercutiu em preocupações de ordem social. A mais significativa foi a conferência *O Cristianismo e o Operariado*, proferida em 1897, na esteira da encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII sobre a condição operária, no contexto da inovadora temática do documento pontifício. O carácter íntegro, manifestado nas suas posições políticas e religiosas, o conhecimento da administração pública e a visão aberta do mundo adquiridos com os cargos exercidos, a que juntava uma já considerável obra literária de reconhecido mérito, como a seguir veremos, terão contribuído para que o Rei D. Carlos o convidasse, em 1906, para professor de História e de Literatura Portuguesa do Príncipe D. Luís Filipe, de que nos chegaram os textos das lições (Tomás de Melo Breyner, “O visconde de Castilho mestre de um príncipe”, *In memoriam*, pp. 167-176).

Como se disse, Júlio de Castilho tornara-se uma personalidade conhecida pela vasta e multifacetada obra produzida. Estreou-se aos 13 anos com *Primeiros versos* num almanaque de 1854, sem jamais deixar de cultivar o género poético, que usou noutros domínios literários, tendo a sua expressão maior em as *Manuelinas*, cancionero evocativo do século XVI, “onde perpassa a brisa salgada de quinhentos” (Matos de Sequeira, *Elogio Histórico*, p.373). No âmbito da prosa, foi biógrafo, dramaturgo, romancista, memorialista, tradutor, latinista e filólogo. Revelou-se também como polemista ao intervir na “Questão Coimbrã”, a propósito do debate “Bom senso e bom gosto”, com o opúsculo *O Senhor António Feliciano de Castilho e o Senhor Antero de Quental* (1865), um texto em defesa do pai. Mas a homenagem maior ao progenitor são as *Memórias de Castilho*, publicadas em dois volumes. Esta obra de devoção filial constitui a génese do que viria



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

a ser a sua faceta de olisipógrafo. Com as investigações para erigir aquele monumento à memória paterna, escreveu *Lisboa Antiga: O Bairro Alto* (1879), uma evocação da zona onde o pai vivera e ele nascera. Pelo grande interesse que suscitou no público, a obra foi reeditada e ampliada, tornando-se o primeiro de vários tomos, com o título de *A Lisboa Antiga / Bairros Orientais*, concluídos em 1890. Prosseguiu com a publicação de *A Ribeira de Lisboa* (1893), em que percorre a história multiseular da frente ribeirinha da cidade até ao bairro de Santos-o-Velho. Estes estudos consagraram-no como o fundador da olisipografia, porquanto ele foi o primeiro investigador que sistemática e largamente se debruçou sobre a história de Lisboa. Não obstante a visão limitada da problemática histórica e a deficiente actividade de investigação arquivística, Júlio de Castilho revela uma capacidade evocativa que sobreleva largamente essas imperfeições. O seu discurso sobre Lisboa é uma simbiose de erudição literária e evocação poética, pois “soube decifrar as suas predes musgosas, interpretar a sua vida secular e ensinar o seu passado glorioso” (António Baião, *Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais*, p. 65). Na descrição dos bairros, desatacava as ruas, palácios, igrejas, nomes de pessoas, acontecimentos relevantes, vivências, que recolhia nas suas leituras, dilucidando exaustivamente qualquer dúvida, o que confere a toda a obra grande solidez. Teve a arte de recriar uma história de Lisboa, num “continuum” de evocações, o que explica que constitua ainda hoje “uma fonte valiosa para o conhecimento da história política, social, arqueológica, toponímica e cultural da cidade” (Joaquim Veríssimo Serrão, “Júlio de Castilho – Olisipógrafo”). Teve a arte de construir uma visão global integrando grande diversidade de aspectos parcelares, o que permite afirmar ser Júlio de Castilho um historiador simultaneamente erudito e divulgador, acessível ao leitor médio. E explica também ter sido uma fonte de inspiração para o prosseguimento dos estudos olisiponenses. Segundo Luís Pastor de Macedo, “são três os primeiros discípulos de Castilho: Gomes de Brito (...) criador dos estudos toponímicos; Eduardo Freire de Oliveira, nas notas com que acompanha a documentação municipal que publicou e João Pinto de Carvalho” (Fernando Castelo-Branco, “Olisipografia”, in *Dicionário da História de Lisboa*). Mas outros dois grandes nomes da olisipografia, Augusto Vieira da Silva e Gustavo Matos de Sequeira, confessaram ter dele recebido o impulso e o entusiasmo pelo estudo de Lisboa. Talvez sem ser sua intenção, Júlio de Castilho foi um Mestre que desbravou o caminho da olisipografia e criou discípulos. Foi sócio efectivo da Associação dos Arquitetos e Arqueólogos Portugueses; Sócio Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa; Membro do Instituto de Coimbra, do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, do Instituto Vasco da Gama de Nova Goa e da Associação Literária Internacional de Paris.

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Bibliografia activa: *D. Inês de Castro* (drama em verso). Lisboa, 1875; *Lisboa Antiga / Bairros Orientais*, tomo I e II na Imprensa da Universidade de Coimbra, em 1884; tomos III e IV em 1885; tomo V, 1887; tomo VI, 1889; tomo VII, 1890; *Memórias de Castilho*, tomo I (de 1800 a 1822; tomo II (de 1822 a 1831; 1881 (depois continuada no jornal *O Instituto de Coimbra*; *O Archipelago dos Açores*, Lisboa, 1886; *Ilhas Occidentaes do Archipelago Açoreano*. Lisboa, 1886; *Manuelinas* (cancioneiro). Lisboa, 1889; *A Ribeira da Lisboa*. Lisboa, 1893; *D. António da Costa – Quadro Biográfico-Literário*. Lisboa, 1895; *O christianismo e o operariado* – conferência na Associação Protectora dos Operários em 27 de Abril de 1897. Lisboa, 1897; *Elogio Histórico do architecto Joaquim Possidónio Narciso da Silva, proferida em sessão da Real Associação dos Architectos e Archeologs portugueses*. Lisboa, 1897; *A mocidade de Gil Vicente, o poeta, quadros da vida portuguesa nos séculos XV e XVI*. Lisboa, 1897; *Os dois Plínios (estudos da vida romana)*. Lisboa, 1906.

Bibliografia passiva: AA. VV.. *In memoriam: Júlio de Castilho*. Lisboa [s.n.]: Typ. da Empresa do Diário de Notícias, 1920; Castelo-Branco, Fernando. “Júlio de Castilho”, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol IV. Lisboa: Iniciativa Editoriais, 1971, pp. 392-393; “Olisipografia”, in *Dicionário da História de Lisboa*, dir. Francisco Santana e Eduardo Sucena. Sacavém: Carlos Quintas & Associados, 1994, pp. 662-665; *Catálogo Bibliográfico e Iconográfico comemorativo dos 150 anos do nascimento do olisipógrafo e escritor Júlios de Castilho /1840-1990*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1991; Calado, Maria, “Três Olisipógrafos. Júlio de Castilho, Gustavo Matos de Sequeira, Augusto Vieira da Silva”, in *Rossio. Estudos de Lisboa*. Gabinete de Estudos Olisiponenses, n.º 1, 2013, pp. 18-20; “Júlio de Castilho” in *Dicionário da História de Lisboa*, dir. Francisco Santana e Eduardo Sucena. Sacavém: Carlos Quintas & Associados 1994, p. 244. Entrada não assinada; Marques, A. H. de Oliveira, *Notícia Histórica da Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1961)*. Separata da Revista “Ocidente”. Lisboa, 1970; Matos, Sérgio Campos, “O Curso Superior de Letras e a vulgarização histórica em Portugal: projectos em confronto (1858-1901)”. Separata do vol. 1.º das Actas do Congresso “História da Universidade” (no 7.º Centenário da Sua Fundação) 5 a 9 de Março de 1990. Coimbra 1991, pp. 367-388; Rebelo, Ernesto, “O Visconde de Castilho (1877)”, in *Arquivos dos Açores*, vol. VIII. Ponta Delgada, 1982, pp. 91-93; Sequeira, Gustavo Matos de, “Elogio Histórico de Júlio de Castilho, 2.º Visconde de Castilho”, in *Boletim da Associação dos Archeologos Portugueses*, 5.ª série, t. XIII, 1921, pp. 372-380; Serrão, Joaquim Veríssimo, “Júlio de Castilho Olisipógrafo”, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Editorial Verbo Lisboa/São Paulo, vol. 6, cols. 311-312.

Carlos Margaça Veiga